

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.995 - SP (2019/0051961-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**
ADVOGADOS : **JORGE DONIZETI SANCHEZ E OUTRO(S) - SP073055**
RUBENS ZAMPIERI FILARDI - SP212835
MARIA HELENA DE CARVALHO ROS - SP201076
RAFAEL BARIONI - SP281098
HELGA LOPES SANCHEZ - SP355025
AGRAVADO : **SONIA MARIA KAZUE UMEKI TAKAKI**
ADVOGADO : **PEDRO ROBERTO BIANCHI - SP217084**
INTERES. : **Z4 MULTIMARCAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA ME**
INTERES. : **PEDROCAR MULTIMARCAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A, contra decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, visa reformar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 48, e-STJ):

Cumprimento de sentença - Transação homologada em juízo - Retirada de gravame de alienação fiduciária de automóvel no órgão executivo de trânsito competente - Recalcitrância da credora e proprietária fiduciária, sob o argumento de que lhe é impossível a baixa do gravame - Gravame a ser baixado através de quitação/liberação em nome do devedor fiduciante do contrato que foi rescindido por força de crime de estelionato - Baixa indispensável a que a autora possa ter acesso a novo certificado de registro de veículo - CRV no seu nome - Providência a cargo da proprietária fiduciária que age de forma temerária e de má-fé - Multa mantida com amparo no art. 536, § 1º, do novo CPC - Pena por litigância de má-fé prevista no § 3º do artigo e diante da tipicidade do art. 77, inciso VI, do mesmo Código - Multa arbitrada em 10% do valor da causa atualizado, a ser recolhida ao Estado - Recurso desprovido, com multa por má-fé.

Em suas razões de recurso especial (fls. 53/58, e-STJ), a agravante apontou violação ao artigo 461, § 4º do Código de Processo Civil/73 e 884 do Código Civil. Sustentou, em suma, que: (i) não foi comprovado o descumprimento de obrigação de fazer; (ii) o prazo fixado não se mostra razoável; e, (iii) o valor total da multa revela-se exagerado, devendo ser reduzido.

Contrarrazões às fls. 62/68, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 69-70, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Daí o agravo (fls. 73/78, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a insurgente refuta os óbices aplicado pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 81/86, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Em relação ao descumprimento da obrigação e ao prazo fixado, a Corte de origem asseverou o seguinte (fls. 49-50, e-STJ):

Apreende-se das peças trasladadas que a recorrente e a recorrida chegaram a consenso homologado pelo juízo de primeiro grau, e a recorrente obrigou-se a dar baixa no gravame de alienação fiduciária do automóvel que está registrado como de propriedade da recorrida no órgão executivo de trânsito competente, tal seja, automóvel marca Renault, modelo Clio, placas DAS -1453.

Ocorreu que a recorrente não providenciou a baixa do gravame e o juízo de primeiro grau determinou ao órgão executivo de trânsito que o fizesse.

Informou o órgão em questão, Departamento Estadual de Trânsito - Diretoria de Veículos, que a baixa do gravame é de responsabilidade da recorrente ("rectius": agente financeiro), **daí a r. decisão agravada, assinando o prazo de 15 dias sob pena de multa diária.**

Em sendo assim, falece razão à recorrente.

[...]

Vem daí que é temerário o comportamento da recorrente fundado na asserção de que lhe é impossível a baixa do gravame de alienação fiduciária, se é ela a credora e proprietária fiduciária e está ao seu cargo emitir o documento de quitação/liberação correspondente.

É cediço que, hoje, a liberação do gravame de alienação fiduciária é consumada eletronicamente, "on line", ou, na pior hipótese, por documento firmado pela credora fiduciária e levado à repartição de trânsito competente. Só então a recorrida terá a cesso a novo certificado de registro de veículo - CRV no seu nome.

Improcede, pois, o inconformismo da recorrente e nada recomenda dilatar o prazo de 15 dias para a providência se há muito se arrasta a recalcitrância. [grifou-se]

De início, observa-se que a multa que fixada para o caso de descumprimento da ordem após o prazo de 15 (quinze) dias.

Assim, incoerente a assertiva da recorrente no sentido de que não foi comprovado o descumprimento de obrigação de fazer, já que a multa foi arbitrada para o caso de descumprimento.

Infere-se, assim, a dissonância entre as razões do apelo extremo e a fundamentação utilizada na decisão impugnada, fazendo incidir os óbices das Súmulas 283 e 284/STF.

1.1. Já em relação ao prazo assinalado, o acolhimento do apelo extremo exigiria derruir as conclusões a que chegou a instância ordinária, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO POR SENTENÇA. ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. PRAZO DE SUSPENSÃO DE AÇÕES E EXECUÇÕES INDIVIDUAIS MOVIDAS CONTRA O DEVEDOR. PRORROGAÇÃO. PRETENSÃO DE SUSPENSÕES SUCESSIVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela ofensa do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto rejeitados os embargos de declaração, a matéria foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. Da leitura do aresto recorrido, infere-se que o Tribunal de origem erigiu seu entendimento totalmente calcado nas provas dos autos, valendo-se delas para concluir pela ausência de motivos para prorrogar o prazo de suspensão do art. 6º, § 4º, da Lei de Falências.

3. Rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento exigiria a reapreciação do conjunto fático-probatório carreado aos autos, providência vedada em sede de recurso especial por força do óbice contido na Súmula 7/STJ e impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1211013/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 20/04/2018)

Incidente, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

2. Com relação à proporcionalidade e razoabilidade do valor da *astreinte*, o Tribunal de origem, com base na análise dos elementos fáticos e probatórios dos autos, concluiu, *in verbis* (fl. 50, e-STJ):

A sanção pecuniária arbitrada, até o limite de R\$ 25.000,00, é mantida e tem amparo no art. 536, § 1º do novo CPC em se tratando de fase de cumprimento de transação homologada pelo juízo que importa numa obrigação de fazer.

Deste modo, a revisão do valor arbitrado, a título de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer, nesta instância especial, somente é permitido nos casos em que o valor seja irrisório ou excessivo, o que não ocorre no caso dos autos. Portanto, quanto ao pedido de redução do valor aplicado, em relação à multa, revela-se inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a incidência do óbice da Súmula 7 desta Corte.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. MULTA COMINATÓRIA. PROPORCIONALIDADE QUE DEVE CONSIDERAR O VALOR DIÁRIO E O MONTANTE DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, E NÃO A MONTA TOTAL ALCANÇADA PELO DESCUMPRIMENTO REITERADO DO DEVEDOR AO CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL. 2. REDUÇÃO DO VALOR

DAS ASTREINTES. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem - quanto ao valor da multa diária, tal como colocadas as questões nas razões recursais - demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, diante da incidência da Súmula n. 7/STJ ao caso.

3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, a condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese examinada.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1201079/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 18/05/2018)

3. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator